

a revolução dos cravos: um tesouro documental a descobrir*

Manuela Barreto
Nunes**



**Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo**

Sophia de Mello Breyner Andresen

No próximo dia 1 de Outubro há eleições legislativas em Portugal. Esse é também o dia do meu regresso de França e eu sei que irei directamente do aeroporto à assembleia de voto da minha freguesia. Tenho dúvidas e, como muita gente, estou descontente, por vezes até desanimada, mas nunca esqueço que durante 48 anos deste século houve gente valiosa do meu país que dedicou a sua vida à luta pela democracia, ao combate por este meu direito a votar.

Data de referência da história pessoal de praticamente todos os portugueses com mais de 40 anos (é normal que se situe um acontecimento, mesmo íntimo, antes ou depois do 25 de Abril), período histórico longínquo para as crianças e os jovens de hoje, de que os pais e os avós falam com inexplicável nostalgia, o 25 de Abril de 1974 é o ponto a partir do qual se definiu o Portugal actual, uma república democrática, membro de pleno direito da CE e liberto do peso duma guerra colonial absurda e injusta que marcou indelevelmente toda uma geração.

Passados vinte e um anos da Revolução dos Cravos, a relação amor ódio que os cidadãos em idade activa ainda mantêm com aquilo a que se convencionou chamar o PREC ("processo revolucionário em curso", entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975) e com o controverso processo de descolonização dificulta uma avaliação desapassionada da época, embora nos últimos anos a investigação sobre este período da história portuguesa recente tenha conhecido um grande desenvolvimento e um crescendo de interesse público.

A recolha de documentos da época, a preocupação com o seu tratamento, conservação e comunicação, porém, começou a ser feita de uma forma sistemática e institucional a partir de 1984, quando a Reitoria da Universidade de Coimbra criou o Centro de Documentação 25 de Abril, presidido por um dos nossos mais reputados sociólogos, o professor Boaventura Sousa Santos. E tem sido seguida por diversas bibliotecas e museus municipais e temáticos, conforme adiante se exporá.

Época abarcada pelos documentos

A delimitação temporal do que podem ser os documentos relativos ao 25 de Abril não é, à partida, coisa fácil. Será a imensa produção saída durante o já referido período do PREC, ou devemos estender o tempo abarcado até 1976, ano da promulgação da Constituição, das primeiras eleições legislativas, autárquicas e presidenciais? E não implicam a luta da "Oposição Democrática contra o fascismo e a guerra colonial, a actividade dos exilados políticos na Argélia, França e noutros países, particularmente a partir dos anos 60 - e cuja persistência culminou precisamente com a Revolução dos Cravos - que os documentos produzidos no âmbito do combate pela democracia sejam integrados neste núcleo?

A tendência de todos os organismos que se têm dedicado à tarefa de recolher a informação relativa ao 25 de Abril é precisamente de não se limitarem ao tempo da revolução, mas de englobarem tanto os seus antecedentes como a consolidação formal da democracia, o chamado período constitucional.

Após 48 anos de silêncio e clandestinidade, a sociedade portuguesa da época revolucionária explodiu em centenas de pequenos partidos, associações, comissões de moradores e de trabalhadores, etc., exprimindo vontades, ideias e projectos até então reprimidos e controlados, não apenas pela ditadura, mas também pela unidade exigida pela luta contra a repressão - que, mesmo assim, conheceu numerosas dissidências e diferentes grupos políticos organizados.

O Partido Comunista Português fora fundado ainda durante a 1ª República, em 1921, e sucessivas dissidências deram origem a outros tantos movimentos clandestinos, alguns deles posteriormente transformados em Partidos. A partir da década de 60 surgiram organizações armadas como a LUAR (*Liga de Unidade e Acção Revolucionária*, cuja primeira acção, o assalto a um banco, se concretizou em 1967), grupos maoístas como a Frente de Acção Popular e o Comité Marxista-Leninista Português formados em 1964, ou o sobrevivente MRPP (Movimento Revolucionário do Proletariado Português), criado em 1970, e movimentos ligados aos exilados políticos, como a FPLN (Frente Patriótica de Libertação Nacional), fundada em Roma em 1962. O Partido Socialista nasceu em 1973, na Alemanha, a partir da transformação da Acção Socialista Portuguesa. Com o objectivo de concorrer às poucas e fraudulentas eleições que o regime promoveu, existiram outros grupos de unidade da chamada Oposição Democrática, desde o MUD (Movimento de Unidade Democrática), fundado em 1945 e entretanto dissolvido, à CDE

(Comissão Democrática Eleitoral) e à CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática), formadas para concorrer às eleições de 1969 e representativas das duas tendências já então irreconciliáveis que dominavam a oposição, uma ligada aos comunistas, outra aos socialistas.

Depois da Revolução, as divergências latentes sobretudo nas duas maiores organizações, o PS e o PCP, explodiram em numerosos pequenos partidos, sendo ainda criados em 1974, ocupando a área da social-democracia e da democracia cristã, respectivamente o PPD, hoje PSD e o CDS, actual PP, este com uma linha programática progressivamente mais à direita.

A continuidade das linhas de orientação e das personalidades que marcaram o combate ao fascismo e o período de consolidação da democracia que se seguiu ao Movimento dos Capitães, empenhados em acabar com uma guerra inútil e sem perspectivas, justifica plenamente que em Portugal não se conceba constituir centros de documentação sobre o 25 de Abril que não incluam registos prévios e posteriores aos acontecimentos revolucionários.

Naturalmente que o período mais estimulante, em termos de produção documental, é aquele que se segue à Revolução e que corresponde à célebre frase inscrita num quadro de Vieira da Silva, "A poesia está na rua".

De facto, após décadas de silenciamento, censura e clandestinidade, a população, sobretudo nos centros urbanos, explodiu em manifestações de diversidade de opiniões e de projectos, num empenhamento cívico que até aí lhes fora vedado e que durante algum tempo deu ao simples cidadão a ilusão de participar e determinar os acontecimentos.

A explosão da produção documental

A produção de informação e propaganda, nos mais variados suportes e sob as mais variadas formas, atingiu então níveis inusitados: comunicados, cartazes, panfletos, autocolantes, discos, livros, brochuras, publicações periódicas, sempre com posições ideológicas definidas, surgiam em edições sucessivas e de grande criatividade - o exemplo mais característico, até pela efemeridade, são os numerosos murais e palavras de ordem que então se pintaram um pouco por todo o país,

muitos com o humorístico e inesquecível contributo dos anarquistas, e que hoje, na sua maioria, apenas sobrevivem em registos fotográficos e audiovisuais. Numa época em que ainda não existia vídeo e apenas raros privilegiados possuíam câmaras de filmar, os registos filmados pelas televisões são dos mais preciosos testemunhos dos acontecimentos, possuindo a televisão do Estado talvez o mais importante arquivo audiovisual dos acontecimentos, sobretudo oficiais, mas também das enormíssimas manifestações do primeiro de Maio em liberdade, das ocupações de casas, etc. Em 1994, aquando das comemorações dos 20 anos do 25 de Abril, uma das televisões privadas apelou ao envio de filmes de amadores, o que resultou na produção de um excelente documentário com imagens inéditas e na constituição de um novo e rico arquivo audiovisual, menos oficial e mais próximo da perspectiva do cidadão do que aquele que existe na televisão do Estado.

Uma documentação de tipo perecível

As características da melhor e maior parte da documentação impressa neste período tiveram como consequência o seu fácil desaparecimento, sobrevivendo algumas colecções dispersas nas mãos de particulares ou posteriormente reunidas por instituições como o Centro de Documentação 25 de Abril, sendo de referir que à data existiam poucos organismos com vocação e profissionais capacitados para recolher e tratar de forma coerente o enorme manancial desta produção documental não normalizada. Predominavam os exemplos daquilo a que se convencionou chamar literatura "cinzenta" e produtos efémeros e demasiado conjunturais, como cartazes e autocolantes, cuja importância como testemunho histórico teve de aguardar o desenvolvimento de uma consciência do património cultural colectivo para ser considerada, o que apenas começou a suceder de forma sistemática a partir do final dos anos 70.

Aliás, grande parte das entidades que o produziram e editaram (incluindo as próprias editoras) caracterizou-se pela mesma efemeridade e despreocupação na conservação de arquivos que testemunhassem a sua actividade. A revolução é um momento único e vive-se no

momento. Como então aparecia escrito em muitas paredes do país, em jeito de herança do vosso Maio de 68 (de que, aliás, se reproduziram muitíssimas citações nos comícios e manifestações da época), "o futuro é hoje" era uma palavra de ordem, mais do que reflectida, assumida inconscientemente pelos protagonistas dos acontecimentos que éramos todos nós. Por outro lado, a proximidade temporal da Revolução faz com que muitas pessoas que possuem valiosos espólios particulares não os queiram ceder ou divulgar, por vezes com receio de afectar intervenientes ainda vivos, outras por razões que só se explicam pela forma conspirativa com que foram obrigados a viver uma parte significativa dos seus dias e da qual não se conseguem libertar.

Instituições vocacionadas para a conservação e tratamento dos documentos sobre a Revolução dos Cravos: O Centro de Documentação 25 de Abril

Com a normalização da vida democrática e do funcionamento das instituições, e com a transformação progressiva do período revolucionário e do combate antifascista em memória colectiva, a investigação sobre o processo de implantação da democracia começou a tomar forma científica e a ser um alvo consequente do interesse dos historiadores, dos sociólogos e dos profissionais da informação.

Em 1984, a Reitoria da Universidade de Coimbra criou o Centro de Documentação 25 de Abril, com o objectivo de "recuperar o imenso material disperso pelo país, na posse de pessoas ou organizações sociais, políticas, culturais e religiosas, e organizá-lo de modo a poder torná-lo disponível para os interessados em conhecer e compreender, tanto os acontecimentos preparatórios como o período posterior ao 25 de Abril de 1974 e, portanto, as raízes mais próximas da sociedade portuguesa neste fim de século". Constituído sobretudo a partir de doações e convénios (foi assinado um protocolo com a Associação 25 de Abril em 1987), o Centro de Documentação integra documentos impressos, audiovisuais e iconográficos, tais como: arquivos privados de militares e civis que exerceram cargos políticos entre 1974 e 1976, documentos contendo as instruções para as operações do

dia 25 de Abril, actas de reuniões de comissões de moradores e de comissões de trabalhadores, correspondência particular, documentos sobre os movimentos estudantis dos anos 60 e 70, arquivos de organismos representativos das comunidades portuguesas no exílio e ainda uma biblioteca com cerca de 6000 volumes de monografias e 3000 títulos de publicações periódicas, imagens de arquivo cedidas pela R.T.P. (Rádio Televisão Portuguesa), diversos programas gravados a partir de emissões de televisão desde 1993, entrevistas e depoimentos dos principais intervenientes nos órgãos do poder político-militar de 1974-76, gravados no âmbito de um projecto de produção própria, intitulado "História Oral", e fotografias, autocolantes, cartazes políticos, etc.

Como se vê, à preocupação de recolher documentação da época juntou-se a produção de documentos primários a partir de testemunhos dos participantes nos acontecimentos.

O Centro de Documentação 25 de Abril edita desde 1989 um boletim informativo e bibliográfico muito completo e coopera com organizações estrangeiras como a BDIC, com a qual tem estabelecido um protocolo de permuta, dada naturalmente a importância que teve a comunidade de exilados políticos em França, na qual, como todos sabem, se incluiu o Dr. Mário Soares, actual Presidente da República. Cooperante da PORBASE - Base Nacional de Dados Bibliográficos -, o Centro de Documentação 25 de Abril tem o seu espólio tratado uniformemente e disponível para consulta em catálogo informatizado a todos os utilizadores da rede.

As Bibliotecas Públicas e Municipais

Para além do Centro de Documentação 25 de Abril que, graças ao trabalho de profissionais reputados como a D^a Natércia Coimbra - à qual não quero deixar de agradecer o auxílio prestado e os documentos cedidos para a elaboração desta comunicação - se transformou no principal arquivo nacional de história portuguesa recente, outras instituições reúnem documentação deste período. Estão neste caso diversas Bibliotecas Públicas e Municipais, nomeadamente as que integram a Rede Nacional de Leitura Pública.

O trabalho que algumas bibliotecas

municipais vêm desenvolvendo, no âmbito da constituição das suas secções de Fundo Local, revela-se não só precioso para a conservação e divulgação da documentação sobre este período recente da história nacional, mas também para a compreensão da importância das comunidades locais no contexto geral dos acontecimentos e, claro, para um melhor conhecimento da história recente de cada concelho. Os documentos sobre a Revolução dos Cravos são normalmente adquiridos pelas bibliotecas através de doações de personalidades locais que pretendem preservar e valorizar os espólios privados que foram constituindo ao longo da vida. Trata-se de colecções muito ricas e variadas, embora normalmente cheias de lacunas, consequência do facto de crescerem ao sabor de situações particulares e com critérios individuais subjectivos. Quase todas incluem documentos impressos, que vão das monografias e publicações periódicas aos comunicados, programas políticos e culturais e panfletos e documentos iconográficos como fotografias, cartazes e autocolantes.

O espólio do Doutor Vitor de Sá, conhecido historiador que também viveu muitos anos em França e aqui concluiu o seu doutoramento, é talvez o mais completo que se encontra numa biblioteca pública. Doado pelo investigador à Biblioteca Pública de Braga, cidade onde viveu e exerceu a profissão de livreiro, inclui documentação muito completa sobre a actividade da oposição democrática e, nomeadamente, do PCP, no qual militou, estando parte dos materiais ainda sob reserva de comunicação, por se referirem a pessoas vivas. Note-se que o protocolo de doação deste espólio à BPB institui a criação de um prémio de história contemporânea, que estimula a sua utilização como fonte de investigação.

A Biblioteca Municipal de Famalicão, uma cidade a 20 Km de Braga, foi das primeiras a dinamizar a divulgação deste tipo de documentos. Possui alguns pequenos espólios doados por personalidades locais, com documentos que abarcam as actividades culturais e associativas dos grupos oposicionistas (por exemplo brochuras relativas a debates sobre "a liberdade de informação" ou "a liberdade religiosa" ou desdobráveis de ciclos de cinema onde eram passados filmes de autores pouco estimados pelo

regime) e algumas publicações locais do período revolucionário (jornais de grupos marxistas-leninistas e monografias de uma editora também de extrema-esquerda), testemunhando a intensa actividade que em muitas terras pequenas também se desenvolveu antes e durante o período do 25 de Abril.

Regularmente têm-se realizado exposições de qualidade, utilizando documentos originais, quer sobre o movimento da Oposição Democrática local, quer sobre a própria revolução, acompanhados de completos catálogos que permitam aos investigadores a fácil localização dos documentos. A Biblioteca Municipal de Guimarães, cidade igualmente marcada pela resistência antifascista, recebeu recentemente a doação da enorme biblioteca particular e do espólio de um conhecido resistente, Emídio Guerreiro, que foram este ano levados da sua casa de Paris para aquela instituição. Há dois anos, esta biblioteca organizou uma exposição abarcando quase 40 anos de actividade antifascista, a partir do espólio de outro oposicionista que, embora não tendo feito doação dos seus documentos, permitiu a sua inventariação e tratamento sumário, que resultaram na edição de um extenso catálogo.

Em Tomar, a biblioteca reuniu uma importante colecção de cartazes, alguns dos quais já publicados no catálogo A Cor da Revolução, elaborado no âmbito de uma exposição organizada pela Sociedade Lisboa 94. Este catálogo inclui principalmente cartazes pertencentes à Biblioteca Nacional e à Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa e é uma reportagem viva da arte de rua que dominou a época. Um pouco por todo o país, as Bibliotecas da Rede Nacional de Leitura Pública empenham-se na constituição de Fundos Locais em que os testemunhos da história recente ocupam um espaço cada vez maior. Ao contrário dos organismos universitários, é sua vocação atingir um público muito heterogéneo, onde se contam não apenas os investigadores, mas os cidadãos que viveram a revolução e se revêem nos seus testemunhos documentais e também os membros mais jovens da sociedade, que vivem os seus efeitos e são árvores do mesmo bosque, a quem não é demais recordar os passos da memória colectiva.

Outras instituições

A Biblioteca-Museu da República e Resistência, organismo pertencente à Câmara Municipal de Lisboa, embora fundamentalmente vocacionada para a época da 1ª República e dos primeiros tempos da resistência antifascista, integra materiais bibliográficos e iconográficos com interesse para o conhecimento dos antecedentes da Revolução dos Cravos. No âmbito do seu programa de actividades, organiza regularmente exposições e edita catálogos, sendo de salientar a exposição comemorativa dos 20 anos do 25 de Abril e o extenso catálogo que a acompanha, considerado o melhor resumo dos acontecimentos que precederam a revolução e das transformações que se lhe seguiram. Arquivos audiovisuais, conforme já referi, encontram-se na sede da RTP e agora também das televisões privadas. O arquivo de imagem existente na RTP é imenso e está aberto à investigação, ao contrário dos das televisões privadas que, em todo o caso, prevêem num futuro próximo a possibilidade de acesso exterior. Também no Exército se encontra um excelente arquivo audiovisual, bem como documentos manuscritos e impressos armazenados no seu arquivo intermédio, embora o acesso seja condicionado ou mesmo interdito, dado o seu carácter recente. Em todo o caso, é aqui que encontramos filmes sobre as célebres campanhas de dinamização do MFA que, durante os anos de 1974 e 75, percorreram o país com as missões de alfabetizar e ensinar ao povo os fundamentos das várias ideologias políticas.

Uma grande parte da enorme quantidade de filmes e documentários produzidos no pós 25 de Abril encontra-se dispersa por outros tantos arquivos, quando deveria estar reunida no Arquivo Nacional de Imagens em Movimento. A inexistência de uma lei do depósito legal para este tipo de documentos tem esta consequência.

Um excelente e muito completo arquivo fotográfico, não apenas de cerimónias oficiais ou de figuras do Estado, mas dos movimentos de rua, conserva-se na fototeca do Gabinete de Apoio à Imprensa da Presidência do Conselho de Ministros. Os arquivos dos diversos ministérios guardam ainda a maior parte dos documentos oficiais sobre estes anos. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo é possível encontrar, já abertos ao público, os Arquivos de Salazar e da polícia política, a PIDE-DGS.

Os particulares

Mário Soares, o Presidente da República Portuguesa, é senhor de um rico, completo e coerente arquivo particular, referente em especial ao período posterior ao 25 de Abril. Segundo o historiador Fernando Rosas, este arquivo é mesmo "indispensável para fazer a história da época". O destino próximo deste fundo documental bem catalogado e classificado é a Fundação Mário Soares, onde estará disponível para consulta pública.

Também em Lisboa, uma associação privada criada no âmbito das recentes comemorações sob o nome "Abril em Maio" recolheu documentação conservada em casa dos seus associados e promoveu uma grande exposição sobre a revolução.

Em Famalicão, os alunos de uma Escola Profissional, sob a orientação de uma associação de antigos combatentes da guerra colonial, reuniram uma colecção impressionante de fotografias e de outros documentos guardados pelos seus pais e montaram uma exposição comovente, que surpreendeu pelo número de visitantes que atraiu e revelou uma quantidade insuspeitada de colecções particulares.

A consulta das reproduções fotográficas utilizadas nos volumes referentes ao século XX e particularmente à Revolução dos Cravos da mais recente História de Portugal, das duas Histórias Contemporâneas existentes ou da Revista "História", dedicada sobretudo à história contemporânea, revela-nos mais uma vez a preponderância dos arquivos particulares na cedência quer de fotografias originais, quer dos materiais fotografados.

Alguns jornais conservam excelentes testemunhos, nomeadamente fotográficos, dos acontecimentos, sendo o principal o arquivo do "Diário de Notícias".

No fim, apenas o princípio

A importância destes espólios, talvez em maior número do que à partida se poderia pensar, cujas condições de preservação são muitas vezes duvidosas e cuja conservação nas mãos de particulares impede o desenvolvimento de uma articulada política de divulgação, alerta para a necessidade urgente de apelar à sua doação ou depósito quer nas bibliotecas municipais, quer no Centro de Documentação 25 de Abril, vocacionado para a sua salvaguarda e difusão. Também entre este e as bibliotecas



da Rede Nacional de Leitura Pública poderia ser criada uma rede de informação que institucionalizasse a cooperação informal já existente e facilitasse a localização da documentação dispersa pelas bibliotecas e referente à história de cada concelho ou região.

A verdade é que, salvo no que diz respeito aos documentos oficiais, destinados ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo (onde se encontram já abertos ao público, embora muito condicionados, os arquivos de Salazar e da PIDE-DGS), ou conservados nos arquivos dos Ministérios e Secretarias de Estado, não existe uma política oficial do Estado para a conservação da documentação sobre a Revolução dos Cravos. Essa tarefa tem sido desempenhada por associações privadas, universidades e bibliotecas municipais que, de forma não concertada mas, afinal, confluyente, colaboram na imensa tarefa de reunir a memória local à história nacional.

A progressiva informatização de todas estas unidades de documentação e a sua ligação em rede permitirão, num futuro próximo, avaliar a qualidade e a quantidade do material recolhido e facilitar o trabalho dos investigadores, minimizando os inconvenientes da dispersão física. Em todo o caso, a publicação de catálogos é representativa do interesse despertado pelo tema, tanto entre os profissionais de documentação, como entre o público que os adquire e consulta e é uma forma de assegurar um panorama próximo do real dos documentos existentes e da sua localização.

De todos os documentos sobre a revolução dos cravos, os únicos que aparentemente, não foram ainda objecto de interesse pelos documentalistas são os musicais. E como seria interessante recolher os discos em 45 rotações, as cassetes que circulavam clandestinamente antes do 25 de Abril, as canções que se recriavam de "Canto livre" em "Canto livre", uma expressão utilizada na época para denominar os espectáculos de música ao vivo protagonizados pelos chamados "cantores de intervenção". "A cantiga é uma arma", dizia-se então - e a canção, antes - e recorde-se Fernando

Lopes Graça em 1945 - , durante e após a revolução constitui um riquíssimo testemunho documental do momento histórico e das mentalidades. Talvez que, com o desenvolvimento das secções audiovisuais das bibliotecas públicas, surjam colecções especiais de cantos revolucionários, por exemplo nas localidades de origem de alguns cantores emblemáticos.

Como a música, também falta reunir a literatura de combate, sobretudo a poesia - não a "grande" literatura, bem documentada e profusamente citada, mas as sucessivas edições de poetas e autores locais, que permanecem na obscuridade.

Uma última nota para salientar a importância da França na formação da classe política portuguesa do pós - 25 de Abril, sobretudo na área da esquerda exterior ao Partido Comunista. A geração que fez a revolução dos Cravos é politicamente devedora da França, para onde se dirigiram milhares de emigrantes ao longo dos anos 60 e que albergou o grosso dos nossos exilados políticos, de Mário Soares a Álvaro Cunhal, e do Maio de 68, que formou ideologicamente muitos deles. É pois mais do que evidente a existência em França de numerosos documentos determinantes para a compreensão da resistência ao fascismo português. O estreitamento da cooperação com o BDIC e com outros serviços de documentação franceses revela-se de grande importância para o aparecimento de documentação dispersa relativa ao tempo preparatório da revolução e determinante para o seu enquadramento e para o conhecimento dos seus antecedentes.

notas:

Agradeço ao meu irmão, Henrique Barreto Nunes, e ao meu marido, Artur Moura, pelas conversas e pelas informações que tornaram possível enriquecer esta comunicação.

* Comunicação apresentada no Colóquio *Actualité et Patrimoine Écrit*, realizado em Roanne, França, nos dias 26 e 27 de Setembro de 1995, no âmbito do Mês do Património Escrito, organizado anualmente sob a égide da FFCEB.

** Bibliotecária / Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela - Vila Verde

Civilização

há mais de
100 anos
a produzir
sinais
de civilização



Livraria Civilização Editora

Américo Fraga Lamares Cª, Lda.
Rua Alberto Aires de Gouveia, 27
4050 Porto

biblioteca municipal Prof. Machado Vilela

Vila Verde

Rede de Bibliotecas Modelo da UNESCO
Desde o final de Agosto de 1996, a Biblioteca Prof. Machado Vilela, de Vila Verde, integra a Rede de Bibliotecas Modelo da UNESCO que será responsável pela promoção do seu Manifesto sobre a Biblioteca Pública, cuja nova versão foi publicada em 1994.

O Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública foi editado pela primeira vez em 1949, no rescaldo da 2ª Guerra Mundial, sendo autor do texto o escritor francês André Maurois. O objectivo era promover, junto do grande público, a compreensão da biblioteca pública como força viva da educação da comunidade e como criação da democracia moderna.

No âmbito das actividades do Ano Internacional do Livro, em 1972, a UNESCO solicitou ao Departamento de Bibliotecas Públicas da IFLA (Federação Internacional das Associações de Bibliotecas) a elaboração de uma versão revista daquele Manifesto, publicada em Junho desse ano e traduzida em dezenas de línguas.

Uma terceira versão foi adoptada em 1994. À semelhança das anteriores, para as quais foram criadas bibliotecas piloto (em Nova Delhi, Medellín e Enugu, na Nigéria) com o objectivo de traduzir as ideias expressas teoricamente em manifestações práticas, também no âmbito desta versão o Ministério da Cultura Sueco decidiu promover o desenvolvimento de uma biblioteca modelo na Suécia. Com o apoio da UNESCO, a ideia inicial transformou-se no projecto de criação de uma Rede que integrasse bibliotecas representativas de diferentes formas de prossecução dos objectivos do Manifesto em diferentes partes do Mundo.

Assim, nasceu, a 17 de Agosto de 1996, no belíssimo Centro de Congressos de Järvsöboden, em Ljusdal, na Suécia, a Rede de Bibliotecas Modelo da Unesco que irá liderar a promoção e aplicação prática dos ideais expressos no Manifesto, e da qual, para além das Bibliotecas Municipais de Vila Verde e Ljusdal, fazem parte as suas congéneres de Vinni, na Estónia, e Bulawayo, no Zimbabwe. Segundo o Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública, esta é uma instituição democrática, definida como a "porta de acesso local ao conhecimento" e "agente essencial para a promoção da paz e bem-estar espiritual nas mentes dos homens e mulheres", que tem por finalidade assegurar o direito dos cidadãos, em absoluta igualdade, à

educação, à cultura e à informação. Insistindo no combate pela literacia, esta nova versão põe o acento tónico na criação de hábitos de leitura entre as crianças desde a mais tenra infância, na promoção de campanhas de alfabetização e de actividades de animação cultural, bem como na utilização das novas tecnolo-

gias da informação, promovendo a igualdade de acesso dos cidadãos às vantagens dos computadores e dos sistemas de comunicação à distância.

O Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública tem sido utilizado em muitos países do mundo para dinamizar a criação de Redes de Leitura Pública.

Portugal é considerado um exemplo modelar de aplicação dos princípios do Manifesto ao desenvolvimento de um sistema de Bibliotecas que, no nosso país, é já um parceiro imprescindível na dinamização do livro, da leitura e da informação.

A Biblioteca de Vila Verde vai ser anfitriã do próximo seminário internacional da Rede de Bibliotecas Modelo da UNESCO, que se realiza em Outubro de 1997.

Entretanto, são técnicos portugueses, entre eles o designer do Porto, mas com origens vilaverdenses, Francisco Providência, os responsáveis pela criação de um logotipo e



pela elaboração de um desdobrável e de uma homepage a instalar na Internet divulgando as bibliotecas da Rede e as suas actividades.

Nome:

Rede de Bibliotecas Modelo da UNESCO

Membros:

Bibliotecas Municipais de:

- Vila Verde, Portugal;
- Ljusdal, Suécia;
- Bulawayo, Zimbabwe;
- Vinni, Estónia

Objectivos:

■ Aplicar os princípios preconizados pelo Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública, efectuando uma avaliação permanente dos serviços prestados por cada Biblioteca da Rede, relativamente às missões da Biblioteca Pública naquele momento;

■ Promover, em particular, o desenvolvimento de serviços no âmbito do acesso às novas tecnologias da informação, do estreitamento das relações com as escolas de todos os níveis de ensino, da realização de actividades de animação cultural, da redefinição da biblioteca como centro de informação local e da cooperação internacional numa perspectiva multicultural;

■ Contribuir para a divulgação do Manifesto em todas as partes do mundo e para o conhecimento de métodos de concretização dos seus princípios, de acordo com as várias situações culturais e socio-económicas existentes nas mais diversas partes do globo.

Actividades para o biénio 1996/98:

1. Avaliação dos serviços prestados pelas Bibliotecas, segundo um método já aplicado em Ljusdal, e determinação das forças e fraquezas de cada membro da Rede, de forma a melhorar as prestações de cada um.
2. Criação de um logotipo e elaboração de uma newsletter e de uma homepage na Internet, com vista à divulgação da Rede e dos desenvolvimentos do projecto.
3. Montagem de uma pequena exposição referente a cada biblioteca e à sua localidade para itinerar pelos vários pontos da Rede, divulgando as respectivas culturas. Posteriormente, estas exposições serão unidas e enviadas para bibliotecas de todo o mundo.
4. Intercâmbio de livros e outros documentos de cada nacionalidade envolvida no projecto.
5. Intercâmbio de técnicos das bibliotecas, com o objectivo de trocar saberes e experiências.

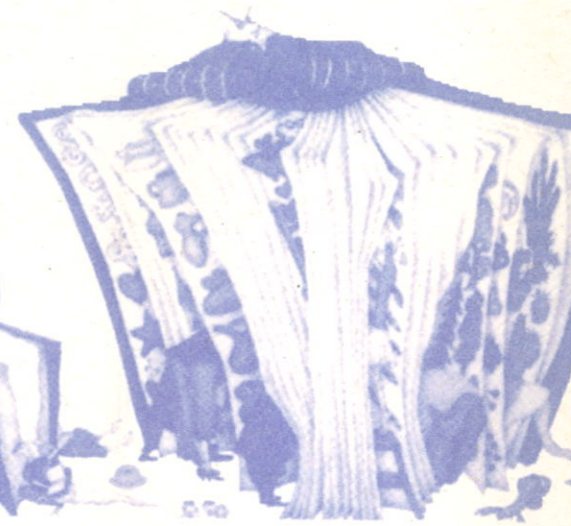
O Projecto Infância

O primeiro ano da implantação do Projecto Infância em Vila Verde terminou com a apresentação, no dia 25 de Junho de 1996, na Sala de Sonhos da Biblioteca Professor Machado Vilela, da peça *Capuchinho Vermelho*, integralmente representada pelas crianças do Jardim de Infância da Carvalhosa, com figurinos e cenarização dos pequenos actores, das suas mães e avós e da equipa educativa.

O "Projecto Infância: contextualização de modelos de qualidade para a Educação de Infância", apoiado pelas Fundações Aga Khan e Calouste Gulbenkian, é um projecto de investigação e de intervenção no âmbito da metodologia da educação de infância realizado por uma equipa coordenada por Júlia Formosinho e integrada por docentes e investigadores do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho. Este modelo contextualiza na sala de aula o modelo educacional denominado High / Scope, em que os pais são parceiros activos dentro e fora da sala, constituindo um elemento determinante do seu desenrolar. O meio é envolvido através da escola primária de Vila Verde, onde as crianças deverão frequentar o 1º ciclo do ensino básico, e a Biblioteca Municipal, considerada uma variável fundamental na aproximação das crianças ao mundo do livro e da criação escrita.

Deste projecto, resultou já a inscrição da escola, das mães e das crianças como utilizadoras do serviço de empréstimo domiciliário da Biblioteca, sendo considerável o número de empréstimos semanalmente solicitado e activa a participação na vida da biblioteca, nomeadamente na solicitação de documentos novos que correspondem a interesses particulares pouco a pouco descobertos. Ainda no âmbito do projecto Infância, as responsáveis educativas, com as crianças e suas mães, construíram um pequeno fantocheiro e vários fantoches alusivos a personagens de contos tradicionais, bem como elementos decorativos que lhes transmitem uma ideia de familiaridade e - porque não? - propriedade do espaço da Biblioteca, que frequentam semanalmente.

Na avaliação final proposta pela



educadora aos pais, as visitas à biblioteca foram consideradas pela maioria como o aspecto mais interessante e positivo das actividades realizadas ao longo do ano, o que estimula todos os profissionais envolvidos no projecto a desenvolverem esforços no sentido de o alargarem e aperfeiçoarem.

No ano lectivo de 1996/97 a ligação à biblioteca começou por ser alargada ao infantário da Vila, aguardando-se a resolução de problemas - já bem conhecidos dos bibliotecários -, relativos aos transportes, para começar a trabalhar com mais cerca de dez escolas de zonas diversas do Concelho, nomeadamente algumas bastante carenciadas.

No âmbito deste trabalho de cooperação na criação de hábitos de leitura, têm-se igualmente realizado sessões de informação à comunidade que contam com a colaboração empenhada do Centro de Saúde de Vila Verde e às quais os encarregados de educação e as crianças têm aderido entusiasticamente, solicitando o esclarecimento de inúmeras questões da vida do dia-a-dia e sugerindo assuntos para novas sessões. Em 1997, e tendo sido escolhida a diferença como tema de trabalho do projecto, outro tipo de sessões serão organizadas, contando desta vez com a participação de elementos de organizações humanitárias, sociólogos, etc., não descurando nunca a linha já existente de informação sobre problemas de saúde, higiene e alimentação.

O projecto tem permitido alterar valores de relação com a leitura e a informação e criar novas necessidades e exigências junto de um público adulto.